



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	10830.004305/2003-22
<b>Recurso nº</b>	153.064 Voluntário
<b>Matéria</b>	IRPF - Ex.: 1993
<b>Acórdão nº</b>	102-49.092
<b>Sessão de</b>	29 de maio de 2008
<b>Recorrente</b>	SEBASTIÃO VENTURA DE CASTRO
<b>Recorrida</b>	3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II

---

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 1993

**DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV - DECADÊNCIA  
AFASTADA.**

O início da contagem do prazo de decadência para pleitear a restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda sobre os montantes pagos como incentivo pela adesão a Programas de Desligamento Voluntário - PDV, começa a fluir a partir da data em que o contribuinte viu reconhecido, pela administração tributária, o direito de pleitear a restituição. No momento em que a Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa SRF nº 165, de 31/12/1998, que foi publicada no Diário Oficial da União que circulou no dia 06/01/1999, são tempestivos os pedidos protocolizados até 06/01/2004.

Decadência afastada.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, para AFASTAR a decadência e determinar o retorno dos autos à DRFB Campinas/SP para o enfrentamento do mérito, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Naury

Fragoso Tanaka, Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho (Suplente convocado), que acolhiam a preliminar de decadência.

  
IVETE MALAKIAS PESSOA MONTEIRO  
Presidente

  
MOISÉS GIACOMETTI NUNES DA SILVA  
Relator

FORMALIZADO EM: 01 JUL 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Silvana Mancini Karam, Alexandre Naoki Nishioka e Vanessa Pereira Rodrigues Domene. Ausente, justificadamente, o Conselheiro José Raimundo Tosta Santos.

## Relatório

Em 02 de julho de 2003, o contribuinte protocolizou pedido de restituição dos valores pagos a título de imposto de renda quando a adesão a Programa de Demissão Voluntária - PDV junto à empresa IBM DO BRASIL LTDA em face de desligamento que se deu em 03/04/1992.

O pedido foi instruído com os documentos de fls. 03 a 16. A 3ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de SÃO PAULO/SP II, indeferiu a pretensão do recorrente reconhecendo a extinção de seu pretenso crédito em razão da decadência.

Em 12/06/2006 (fl. 54) o recorrente foi intimado do acórdão de fls. 35 e seguintes e no dia 29 do mesmo mês e ano ingressou com o recurso de fls. 55/70 sustentando que a decadência somente começou a fluir a partir da Publicação da Instrução Normativa nº 165/98, que se deu em 06/01/1999, razão pela qual requer seja afastada a decadência e lhe deferida a restituição requerida.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA, Relator

O recurso é tempestivo, na conformidade do prazo estabelecido pelo artigo 33 do Decreto nº. 70.235, de 06 de março de 1972, foi interposto por parte legítima, está devidamente fundamentado. Assim, conheço-o e passo ao exame do mérito.

Partindo do conceito legal de tributo, de que trata o artigo 3º do CTN, como sendo "*toda a prestação de natureza pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada*", tem-se que editada norma pela Administração exigindo tributo cabe ao particular, independentemente de sua vontade ou concordância, satisfazer a exigência tributária.

Mesmo nas hipóteses em que a norma que exige o tributo esteja em desconformidade com o texto constitucional cabe ao sujeito passivo a obrigação de satisfazer o pagamento, pois os atos editados pelo poder público, até decisão em contrário, gozam de presunção de legalidade.

Nesta linha, mesmo diante das hipóteses de exigência indevida de tributo cabe ao sujeito passivo efetuar o pagamento até que se verifique uma das seguintes hipóteses:

- a) Decisão do Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado de constitucionalidade, declarando a inconstitucionalidade da norma que instituiu o tributo;
- b) Resolução do Senado Federal editada nos termos do artigo 52, X, da CF, suspendendo a execução, no todo ou em parte, da norma declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal e
- c) A Administração Pública, através de ato competente, reconhece que o tributo cobrado é indevido.

No caso do PDV, a SRF editou a Instrução Normativa 165/98, datada de 31 de dezembro de 1998, e publicada no D.O.U em 06/01/99, reconhecendo a não incidência de imposto de renda sobre as parcelas pagas por adesão a Programa de Demissão Voluntária. Publicada a instrução normativa nasceu em favor do contribuinte o direito subjetivo de se dirigir à Administração para requerer a restituição do valor pago indevidamente. Neste sentido destaco o seguinte precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais:

*IRRF – RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO PAGO (RETIDO)  
INDEVIDAMENTE – PRAZO – DECADÊNCIA –INOCORRÊNCIA –  
PARECER COSIT Nº 4/99 – O imposto de renda retido na fonte é  
tributo sujeito ao lançamento por homologação, que ocorre quando o  
contribuinte, nos termos do caput do artigo 150 do CTN, por delegação  
da legislação fiscal, promove aquela atividade da autoridade  
administrativa de lançamento (art. 142 do CTN). Assim, o contribuinte,*

*por delegação legal, irá verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, identificar o sujeito passivo, calcular o tributo devido e, sendo o caso, aplicar a penalidade cabível. Além do lançamento, para consumação daquela hipótese prevista no artigo 150 do CTN, é necessário o recolhimento do débito pelo contribuinte sem prévio exame das autoridades administrativas. Havendo o lançamento e pagamento antecipado pelo contribuinte, ato homologatório este que consuma a extinção do crédito tributário (art. 156, VII, do CTN). Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito se extingue com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN), a chamada homologação tácita. Ademais, o Parecer COSIT nº 4/99 concede o prazo de 5 anos para restituição do tributo pago indevidamente contado a partir do ato administrativo que reconhece, no âmbito administrativo fiscal, o indébito tributário, in casu, a Instrução Normativa nº 165 de 31.12.98. O contribuinte, portanto, segundo o Parecer, poderá requerer a restituição do indébito do imposto de renda incidente sobre verbas percebidas por adesão à PDV até dezembro de 2003, razão pela qual não há que se falar em decurso do prazo no requerimento do Recorrente feito em 1999. A Câmara Superior de Recursos Fiscais decidiu, em questão semelhante, que 'em caso de conflito quanto à constitucionalidade da exação tributária, o termo inicial para contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se: a) da publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em ADIN; b) da Resolução do Senado que confere efeito erga omnes à decisão proferida inter partes em processo que reconhece a constitucionalidade de tributo; c) da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária.'* (Acórdão CSRF/01-03.239).

Ao efetuar retenções na fonte e incluir as parcelas do PDV na base de cálculo anual do tributo, tanto a fonte pagadora quanto o sujeito passivo agiram sob a presunção de ser legítima a exação. Mais, seguiram orientações expressas da administração tributária, sob pena de serem autuados. Entretanto, reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça e, posteriormente, por ato da administração pública, que as parcelas recebidas como incentivo ao desligamento voluntário estão fora do campo de incidência do imposto de renda, surge para o contribuinte o direito ao não recolhimento do tributo, como também a repetição aos valores recolhidos indevidamente. No meu sentir, desta forma, se homenageiam princípios basilares do direito como o da moralidade, isonomia, boa fé, lealdade, vedação do enriquecimento sem causa e o da segurança jurídica. Do contrário, estar-se-ia disseminando a desconfiança na lei e na Administração Tributária que orientou o contribuinte e a fonte pagadora ao cumprimento de exigência tributária desprovida de fundamento legal para tanto.

Por outro lado, o lançamento é ato administrativo vinculado à lei. Nesta, encontram-se todos os elementos que compõem a obrigação tributária. O controle da legalidade, a ser efetuado pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, é imperativo de ordem pública. Constatada a ilegalidade da cobrança do tributo, a Administração tem o poder/dever de anular o lançamento e restituir o pagamento indevido.

Em síntese, no momento em que a Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa SRF nº 165, de 31/12/98 (DOU de 06/01/99) tem-se que os pedidos

protocolizados até 06/01/2004 são tempestivos, pois a decadência somente se efetivou em 07 de janeiro de 2004.

Quanto ao mérito, neste Conselho há centenas de processos conhecidos como “PDV IBM”. Na verdade, houve determinadas épocas, em especial na década de 80 (oitenta), em que não se utilizava a expressão Programa de Demissão Voluntário. Assim, para exame do mérito, faz-se necessário que a DRJ, preliminarmente, intime o interessado para que traga aos autos declaração da IBM do Brasil informando se Sebastião Ventura de Castro desligou-se da empresa em razão de programa de demissão incentivada ou programa de demissão voluntário e quanto recebeu em face da adesão a tal programa.

ISSO POSTO, voto no sentido de AFASTAR a decadência, determinando o retorno dos autos à DRF para exame do mérito, devendo, previamente, intimar o interessado para atender o disposto no parágrafo anterior.

É o voto.

Sala das Sessões– DF, em 29 de maio de 2008.

  
Moises Gracemelli Nunes da Silva